



O EXÉRCITO BRASILEIRO

ANTES, DURANTE E DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

Luiz Ernani Caminha Giorgis*

“As principais forças que não de defender o Brasil são as do mesmo Brasil. Com elas foram os holandeses lançados fora da capitania de Pernambuco; com elas foram os franceses obrigados a sair precipitadamente do Rio de Janeiro e com elas, enfim, destruíram os paulistas as missões do Paraguai e atacaram os castelhanos intrusos na parte setentrional do Prata, evacuando-os dos domínios portugueses”.

(Martinho de Mello e Castro, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar do Reino de Portugal, 1775)

A força terrestre brasileira teve as suas pedras angulares na Insurreição Pernambucana, meados do século 17. Nos séculos seguintes, como Exército Colonial Português, defendeu todo o perímetro territorial contra as investidas francesas, holandesas, inglesas e espanholas. Destacou-se, nesta fase, o Tenente-General Johann Heinrich Böhn, o qual, a partir de 1767, vindo de Portugal, unificou e uniformizou as tropas luso-brasileiras conforme a doutrina e os regulamentos do Conde de Lippe. Trouxe ele os regimentos de Infantaria de Moura, Bragança e Extremoz, uma brigada de artilharia e cerca de setenta oficiais. Isto constituiu uma forte evolução das armas luso-brasileiras.

Nos dois primeiros decênios do século 19, na medida em que os militares lusitanos foram sendo substituídos pelos aqui nascidos, o futuro Exército foi se abrasileirando. E o fato relevante, que impulsionou a consolidação de uma força

terrestre genuinamente brasileira foi, com a presença da família real portuguesa no Brasil, a criação da Academia Real Militar em 1810. Destacaram-se na transformação de Exército Colonial em Exército Brasileiro (EB), o Ministro da Guerra Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho – Conde de Linhares, o então General Joaquim Xavier Curado, o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares e o Coronel Luís Pereira da Nóbrega Souza Coutinho, entre outros.

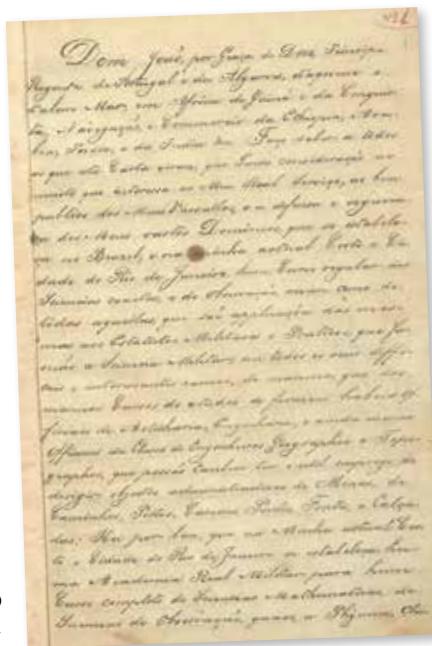
Às vésperas da independência, a força terrestre estava pronta para participar do importante processo histórico tendo, para isso, contribuído para a expulsão, do Rio de Janeiro, das tropas do Tenente-General Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares em 15 de fevereiro de 1822.

AS GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA

Ainda antes do dia 7 de setembro, as forças portuguesas sediadas na Bahia, sob o comando do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Mello, então Comandante das Armas, rebelaram-se contra a crescente autonomia do Reino Unido do Brasil em relação a Portugal, antevendo assim aquilo que estava cada vez mais claro: a independência.

A reação nacionalista não tardou. Forças locais, inicialmente, e depois tropas expedicionárias sob o comando do mercenário francês General Pierre Labatut, foram mobilizadas para lutar na Bahia. Pelo mar, seguiu uma força naval sob o comando do Chefe de Divisão Rodrigo Antônio De Lamare. As principais batalhas foram a de Pirajá/Cabrito (8 de novembro de 1822) e Itaparica (7 de janeiro de 1823). Em 10 de maio de 1823, surgiu em frente à barra de Salvador a Esquadra comandada pelo Almirante inglês Lorde Thomas Cochrane, que contava com outros mercenários inclusive, ainda como Tenente, John Pascoe Grenfell.

Em 2 de julho



Primeira página da carta que estabelecia na cidade do Rio de Janeiro uma Academia Real Militar, dando-lhe os respectivos estatutos e criando uma Junta Militar para dirigi-la
Fonte: BN Digital

o Brigadeiro Madeira de Mello, vencido, abandonou a Bahia e retornou para Portugal. No mesmo dia, uma parte do Exército Libertador, sob o comando do Coronel Joaquim de Lima e Silva entrou vitorioso na capital baiana.

No Piauí, o Comandante das Armas Major João

José da Cunha Fidié resistiu à independência e foi combatido pelo Coronel Simplício Dias da Silva. A maior batalha foi a de Jenipapo (13 de março de 1823) na qual, depois de cinco horas de luta, os brasileiros foram derrotados. Entretanto, mesmo vencedor, Fidié retirou suas tropas para o Maranhão e, convidado pela Junta rebelde maranhense, montou uma defensiva na região da localidade de Caxias das Aldeias Altas. Em 31 de julho, sem condições de resistir às forças legais, a localidade capitulou. Fidié passou o comando e foi preso na Fortaleza de Santa Cruz de onde, libertado pelo próprio Dom Pedro I, retornou para Portugal. Enquanto isso, Cochrane bloqueava o porto de São Luís e conquistava a capital maranhense.

No Pará, enviado por Cochrane, Grenfell enfrentaria uma situação mais difícil. Os independentistas não conseguiram se impor e os líderes foram presos. Chegando a Belém em 10 de agosto, Grenfell conseguiu controlar a situação e nomeou uma junta governativa. Em 15 de outubro, mesmo fazendo parte da Junta, o Cônego João Batista de Campos liderou um movimento popular, mas foi preso juntamente com outros agitadores. Grenfell mandou fuzilar cinco deles e mandou o Cônego preso para o Rio. Tendo confinado 256 outros prisioneiros no Navio “São José Diligente” (depois



General Pierre Labatut, mercenário francês que organizou as tropas para os confrontos da Guerra da Independência na Bahia

denominado “Palhaço”), estes foram asfixiados por ação da cal virgem lançada no porão. Somente quatro escaparam com vida. Preso, Grenfell foi submetido a Conselho e absolvido.

Na Província Cisplatina, as tropas do português General Carlos Frederico de Lecór ficaram divididas. Fiel a Dom Pedro I, Lecór afastou-se para o interior e deixou em Montevideo as tropas fiéis a Portugal sob o comando do General Álvaro da Costa de Sousa de Macedo. Em seguida, Lecór decidiu cercar a capital por terra e por mar e, dezessete meses depois (18 de novembro de 1823), o General Álvaro capitulou e retornou para Portugal com parte do efetivo da Divisão de Voluntários Reais.

Estavam vencidas as resistências contra a independência. Importante ressaltar que na Bahia esteve presente e teve o seu batismo de fogo o então Tenente Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Patrono do EB. E, na Cisplatina, participou do cerco a Montevideo o futuro Patrono da Cavalaria Manuel Luis Osorio, que havia sentado praça em 1º de maio de 1823.

A CRIAÇÃO FORMAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Embora já existente de fato, o exército precisava de sua fundação formal e de direito. Ela veio com a Constituição de 1824, que estabelecia:

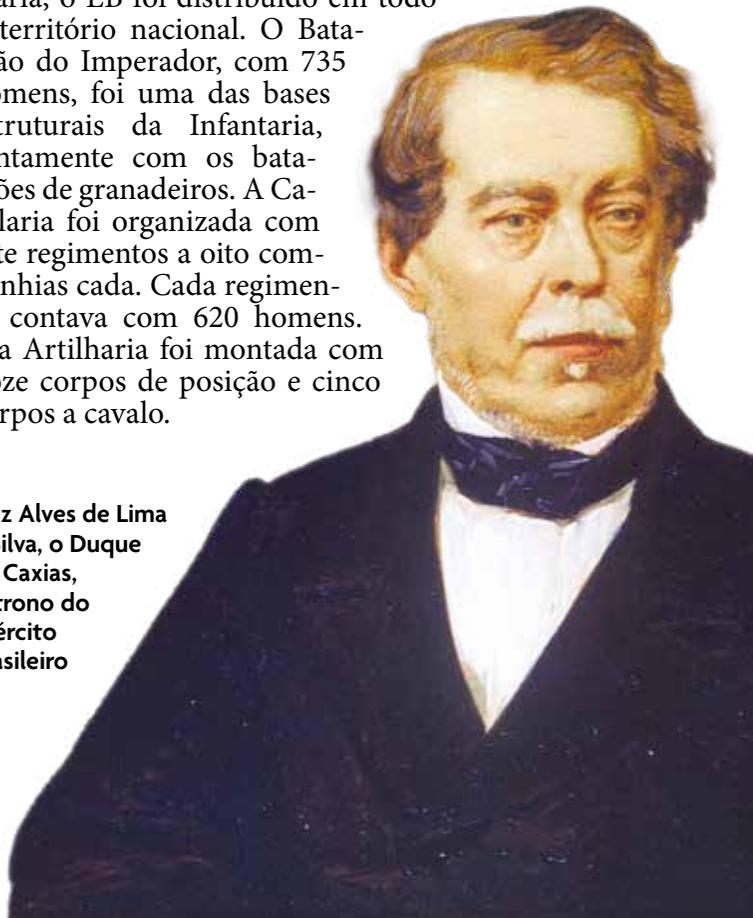
CAPITULO VIII. Da Força Militar. Art. 145. Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e integridade do Imperio, e defende-lo dos seus inimigos externos, ou internos. Art. 146. Enquanto a Assembléa Geral não designar a Força Militar permanente de mar, e terra, substituirá, a que então houver, até que pela mesma Assembléa seja alterada para mais, ou para menos. Art. 147. A Força Militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade legitima. Art. 148. Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente á Segurança, e defesa do Imperio. Art. 149. Os Officiaes do Exercito, e Armada não podem ser privados das suas Patentes, senão por Sentença proferida em Juizo competente. Art. 150. Uma Ordenança especial regulará a Organização do Exercito do Brazil, suas Promoções, Soldos e Disciplina, assim como

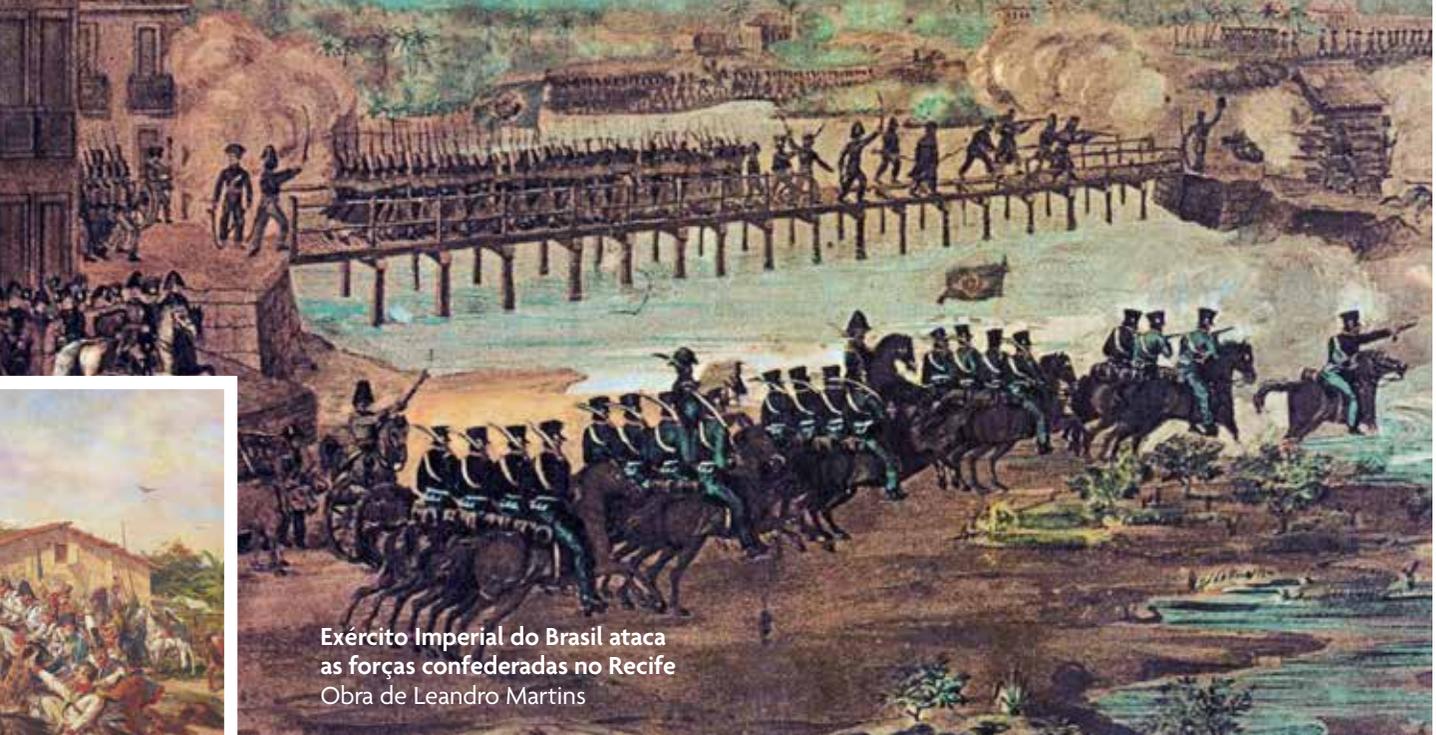
da força naval. (Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos [Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824) e decretos nº 30, de 22 Fev 1839 e nº 31, de 28 Fev 1839]).



Organizado em Infantaria, Cavalaria e Artilharia, o EB foi distribuído em todo o território nacional. O Batalhão do Imperador, com 735 homens, foi uma das bases estruturais da Infantaria, juntamente com os batalhões de granadeiros. A Cavalaria foi organizada com sete regimentos a oito companhias cada. Cada regimento contava com 620 homens. E a Artilharia foi montada com doze corpos de posição e cinco corpos a cavalo.

Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro





Exército Imperial do Brasil ataca as forças confederadas no Recife
Obra de Leandro Martins



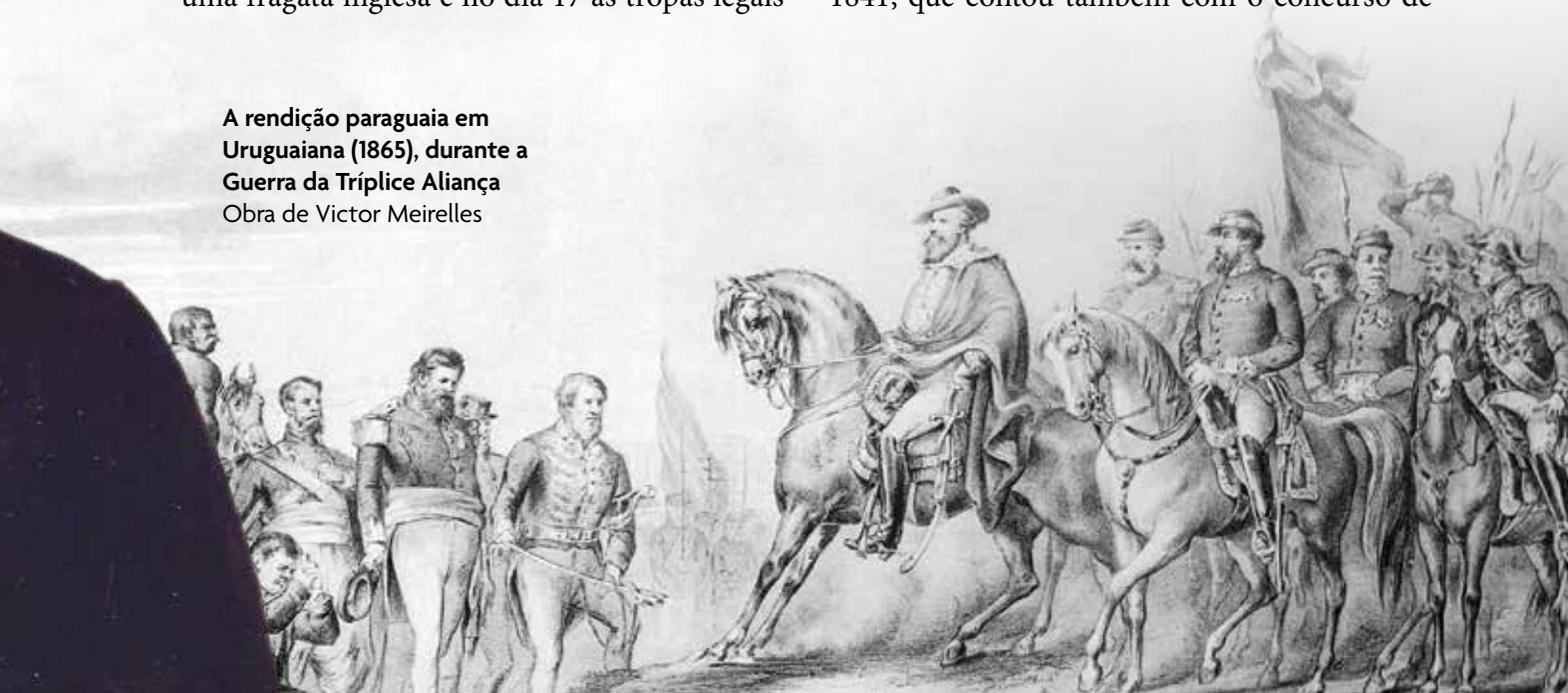
CONTRIBUIÇÕES DO EXÉRCITO NOS 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Começavam, ainda em 1824, as participações, atuações e contribuições do EB na vida nacional, mormente na segurança interna e externa do País. Naquele ano, em Pernambuco, teve início a revolução separatista e republicana chamada de Confederação do Equador, liderada pelo então Presidente da Província Manuel de Carvalho Pais de Andrade. O Imperador enviou uma Divisão Naval sob o comando de Thomas Cochrane e tropas terrestres sob o comando do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, as quais marcharam sobre o Recife na primeira quinzena de setembro. Pais de Andrade refugiou-se em uma fragata inglesa e no dia 17 as tropas legais

entraram em Olinda e na capital. As províncias que haviam aderido (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) tiveram suas forças revolucionárias também vencidas.

E assim, ao longo do tempo, as intervenções do EB foram decisivas, sempre ao lado da ordem constitucional, das autoridades e do povo. Foram as seguintes, as principais: na abdicação de Dom Pedro I em 1831; na Guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, entre 1825 e 1828, da qual resultou a independência da Província Cisplatina e a fundação da República Oriental do Uruguai; na Revolução Farroupilha, no RS, entre 1835 e 1845, contra a qual combateu Caxias a partir de 1842, pacificando o RS em março de 1845; contra a Cabanagem no Pará, em 1835; contra a Sabinada na Bahia, em 1837; contra a Balaiada, no Maranhão, entre 1838 e 1841, que contou também com o concurso de

A rendição paraguaia em Uruguiana (1865), durante a Guerra da Tríplice Aliança
Obra de Victor Meirelles





A pintura de Benedito Calixto retrata a Proclamação da República, evento liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca que deu fim à monarquia no Brasil, em novembro de 1889

Caxias como Pacificador. O seu título vem da localidade de Caxias das Aldeias Altas; contra as Revoltas Liberais de São Paulo e Minas Gerais em 1842, sob a ação de Caxias; na Revolução Praieira em Recife, 1848; na Guerra contra os ditadores Manuel Zeferino Oribe e Juan Manuel de Rosas no Uruguai e na Argentina em 1851/52, comandada e controlada por Caxias; na Guerra contra Athanasio Cruz Aguirre, ditador do Uruguai em 1864; na Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai entre 1865 e 1870 quando, a partir do final de 1866, o EB foi comandado por Caxias; no contexto político-militar que levou o País à Proclamação da República em 1889; na Revolução Federa-

lista no RS, SC e PR entre 1893 e 1895; na Questão do Amapá em 1895; na Guerra de Canudos na Bahia entre 1896 e 1897; na Revolução do Acre entre 1899 e 1903; na Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904; na participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial em 1917/18; na Revolta do Contestado, PR e SC, entre 1912 e 1916; no Movimento Tenentista em 1922; no 2º Movimento Tenentista em São Paulo (1924); na Coluna Miguel Costa Prestes entre 1924 e 1927; contra a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo; contra a Intentona Comunista em 1935; na Intentona Integralista em 1938; na 2ª Guerra Mundial, entre 1942 e 1945, com a defesa do litoral, a vigilância nas fronteiras terrestres e o envio da Força Expedicionária

Infantaria do Exército Brasileiro em combate durante a Revolta do Contestado



Brasileira para o Teatro de Operações Italiano; na Contrarrevolução Democrática de 1964; e na Guerrilha do Araguaia entre 1971 e 1972.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Não foi somente na parte bélica que o EB se destacou nestes duzentos anos desde a Independência. Desde a fundação da Academia Real Militar, passando pelas escolas da Praia Vermelha e do Realengo até a atual Academia Militar das Agulhas Negras, o Exército se destaca na área cultural. E também com os Colégios Militares, que já são quatorze em todo o Brasil, que preparam jovens não somente para a carreira militar mas também para os vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), possibilitando o ingresso nas universidades. E, em 2002, foi fundada a Banda Sinfônica do Exército, que circula pelo País fazendo apresentações.

Nos estudos históricos e geográficos, destacamos a participação na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde 1838, e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) desde 1936. As cinco atuais Academias de História Militar Terrestre do Brasil tiveram origem em 1996. Nesta área, em particular, deve-se destacar a Escola Superior de Guerra (ESG), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), juntamente com suas congêneres na Marinha e na Aeronáutica.

No campo psicossocial, na segunda metade do século 19, o Exército se posicionou decisivamente contra a escravidão e a favor do abolicionismo.

Na área técnica, o EB já se destacava em 1792, com a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, antecessora do atual Instituto Militar de Engenharia; em 1827, quando participou da criação do Observatório Astronômico no Rio de Janeiro; com os diversos Arsenais de Guerra, a indústria siderúrgica, a química (através das fábricas de pólvora), o telégrafo em todo o País, destacando-se o trabalho do Marechal Cândido Rondon; e nas artes litográficas com as Cartas Gerais, hoje Centros de Geoprocessamento, cobrindo todo o território nacional.



Soldados da Força Expedicionária Brasileira na Itália durante a 2ª Guerra Mundial

CONCLUSÃO

As contribuições do Exército Brasileiro estão presentes na vida da nação há muito tempo, até mesmo antes da independência. Em muitas fases da história do País, o Exército foi um verdadeiro protagonista, fazendo-se presente em situações críticas. Hoje, como sempre, é um garantidor das instituições, como previsto na Constituição. Está presente em todo o território nacional, mormente na Amazônia a qual, devido à sua extensão e carência de recursos, o EB leva a presença do Estado aos lugares mais isolados.

Luta contínua, diuturna e incessante, ao lado das demais forças, a Marinha e a Força Aérea, das quais o Exército depende para o bom cumprimento das suas missões. ■

REFERÊNCIAS

- CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 7 vol.
- CASTRO, Celso. A Invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- MUXFELDT, Virgílio Ribeiro; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Exército Imperial. Porto Alegre: Renascença, 2020.
- _____; _____. O Exército Republicano. Porto Alegre: Renascença, 2022.

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior, Veterano do Exército Brasileiro